

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

LUARA POLIANA DE VASCONCELOS SOUSA

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luaradevasconcelos@gmail.com;

AUXILIADORA MARIA MARTINS DA SILVA

Orientadora Professora Doutora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, auxiliadora.martins@ufpe.br;

1. INTRODUÇÃO

A visão eurocêntrica apresentada nos ambientes educacionais sobre a temática indígena reflete. Esta demanda surge a partir de que cada vez mais é crescente que os povos indígenas estão ocupando os espaços que lhe são garantidos como direito básico. A escola só foi garantida pela Constituição de 1988, além do que vem sendo regulamentado por meio da legislação subsequente.

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena está contemplada no Plano Nacional de Educação aprovado em 2001. Também há perspectivas no projeto de lei do Estatuto do Índio, como o Marco Temporal, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

A partir da reflexão sobre tornar os espaços educacionais acessíveis, livres de preconceitos e estereótipos para estudantes indígenas, é urgente adicionar e potencializar a pauta em diálogo com profissionais de educação. A construção do docente com um olhar diferente sobre a identidade cultural e as diversidades étnicas amplia os horizontes e as formas de políticas afirmativas que devem ser inseridas em todos os espaços como uma das maneiras para o combate ao racismo institucional e estrutural que compõe a sociedade brasileira.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A escola que me foi apresentada não contemplava essa parte da minha vida. Durante todo o meu ensino escolar as informações que eram apresentadas sobre os povos originários demonstrava o quão eram retrógrados. As demandas existentes em escolas como essa, não contempla, como por exemplo, a retomada de sua ancestralidade.

Partindo desse ponto, podemos entender o quão importante é ensinarmos para as crianças o poder que elas possuem em si mesmas, dessa maneira, fortalecendo a sua autonomia. Qualidade que para Freire (1996), consiste na condição humana do indivíduo que se reconhece como ser histórico e que é capaz de compreender e transformar a sua realidade. Ou em outras palavras:

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de

assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto (FREIRE, 1996, p. 46).

As vivências que obtive na escola causaram-me traumas os quais ainda carrego comigo. As limitações que me foram impostas durante minha trajetória me levaram a que pudesse estar hoje aqui. Vivenciar este caminho em suas partes ruins e boas, aprendendo que nada deve ser tratado sobre nós, sem nós.

Ser mulher e fugir dos caminhos que o sistema racista e misógino nos delimita é estar carregando os sonhos das mulheres da minha família comigo a todo o momento. Ser a primeira da família a ingressar numa universidade pública me propõe uma grande reflexão: quantas possibilidades foram tiradas em mais de 520 anos de apagamento e genocídio? Nossa luta está marcada faz muitos anos pela resistência, na qual a cada passo que damos, as regras da sociedade vão se moldando para nos afastar dos nossos direitos.

O poder colonizador se faz presente em nosso cotidiano nos lugares que andamos, nos ambientes que frequentamos e até naqueles em quem confiamos. A cada momento que nos permitimos a tentar um novo caminho, vemos normas do jogo da vida numa sociedade que é majoritariamente dominada por brancos. Estamos expostos na sociedade como pessoas que ocupam um lugar subalterno e que, inclusive, costumam ter sua luta esquecida.

Ao ingressar na universidade é encarar uma realidade diferente. Sendo uma realidade chocante no curso de pedagogia, a ausência de autores/as indígenas nas bibliografias apresentadas nas disciplinas até o prezado momento do 6º período, além de que nenhuma das disciplinas foi ministrada por um docente indígena.

Em minha caminhada ao longo dos anos nessa universidade, tive a honra e o prazer de conhecer projetos incríveis, como o GEPAR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação, liderado pela Prof.^a Dr.^a Auxiliadora Martins, que nos guia e nos permite compreender que existem outras possibilidades no caminho da educação.

Quando pensamos no papel do pedagogo, devemos ter um olhar sensível sobre o que nos antecede e o que nos permite hoje em dia estar em atuação. Diante de um espaço como o Centro de Educação, há outros

projetos como o GEPAR, mas não recebem o reconhecimento e a potencialidade que possuem para o acesso, permanência, principalmente, a conclusão do curso, pois em nossa formação e em meio a tantos desafios, se formar é uma vitória que não é só nossa, mas de todas as pessoas que vieram antes de nós.

O papel do pedagogo na efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 são cruciais, uma vez que lidar com as relações étnico-raciais está atrelada à desconstrução do racismo na sociedade. A partir da visão de Denise Jodelet (1989) observamos a proposição de uma questão: o que é que faz com que pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários aceitem a injustiça que incide sobre aqueles que não são seus pares ou não são como eles?

A omissão perene sobre as injustiças diárias alimenta ainda mais o processo de apagamento do plano colonialista que é imposto desde 1500 no Brasil. Devemos nos atentar aos detalhes que constroem atitudes racistas nos nossos estudantes. O educador ou educadora, em sala de aula, representa uma figura ideal para muitos/as discentes. Logo, introduzir a temática indígena através dos próprios indígenas é um grande passo para o fortalecimento desse movimento, apresentar poder de voz e a escuta para nossos apelos e dores é demonstrar respeito por toda uma história dos dois “Rs” que são a resiliência e resistência.

Saber compreender o outro é essencial para a empatia fluir. Dessa maneira, antes de palavras e ideias que se fazem como marcadores de preconceitos, pergunte a um indígena sobre a sua história. Por outro lado, os convites para participação nos eventos apenas feitos no dia dezanove de abril tanto acadêmicos, quanto escolares precisam, com urgência, ser rompidos. Nossos anseios e qualidades atravessam a barreira do estereótipo do índio que canta, dança e existe apenas em uma data.

Somos professoras e professores, artistas, profissionais de saúde e muitas outras profissões e saberes. Insistir no ideal indígena gerado pelos colonizadores é permanecer omissos ou colaborativos diante de toda situação racista que nos é exposta todos os dias. Ser pedagoga é se tornar uma grande articuladora do trabalho pedagógico apresentando diálogo e reflexões em diversos aspectos.

A verdadeira compreensão nunca será posta em prática se não houver interesse em entender. Assim sendo, para que as práticas pedagógicas sejam efetivas é necessário romper com um currículo eurocêntrico e dicotômico aproveitando-se do diálogo e da interação social do meio.

Sendo a aula uma troca, o educador ou educadora sugere o passo e os/as estudantes vão adaptando-o dentro de seus limites. Dessa maneira, podemos proporcionar aos discentes uma identificação com sua história para aqueles e aquelas que são indígenas e não indígenas: o poder de transformação da sociedade que vivemos.

Dentro desse contexto é necessário reconhecermos que o acolhimento das temáticas indígenas dentro dos meios educacionais fortalece a luta travada contra esse ideal racista e a importância do respeito à propriedade das vivências e local de fala dos povos originários possibilitando e efetivando as políticas que nos contemplam.

3. RESULTADOS

Através da experiência vivenciada ao longo de três anos como discente no curso de pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, foi possível constatar a necessidade urgente para a importância sobre a inserção e fomentação das temáticas indígenas dentro dos meios educacionais que se fortalece como uma das maneiras de efetivar a luta antirracista na atuação das práticas educacionais que se constituíram através dos parâmetros eurocêntricos a partir das concepções preconceituosas sobre os povos originários.

Identifica-se a ausência nas ementas das 54 disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia dispostas no documento curricular intitulado Perfil 1322 em voga desde 2008. A presença de estudantes indígenas dentro dos espaços educacionais é marcada pela resistência e fortalecimento para continuar ocupando os espaços que lhe são permitidos como um dos direitos básicos, o acesso à educação superior. As políticas afirmativas efetivam o acesso das comunidades tradicionais para além dos ambientes à margem da sociedade que são impostos pelo sistema-mundo capitalista onde as classes dominadas exercem apenas o papel de mão-de-obra para a benfeitoria da hegemonia branca.

Nesse sentido, as reformas nos processos educacionais fazem-se necessárias, efetivar os direitos essenciais de equidade social que devem ocorrer, primordialmente, na formação de docentes que irão atuar nas redes básicas de ensino. A construção do docente com um olhar diferente sobre a identidade cultural e as diversidades étnicas, amplia os horizontes e as formas de políticas afirmativas que deve ser inserida em todos os espaços como uma das maneiras para o combate ao racismo institucional e estrutural que compõe a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. 7 ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: a análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.